



AGENDA DA REUNIÃO PLENÁRIA DE - 2020/fevereiro/27 - (quinta-feira)

15:00 Horas

ORDEM DO DIA

1 - Marcação do BE

[Projeto de Lei n.º 137/XIV/1.ª \(BE\)](#)

Institui a obrigatoriedade e gratuidade de emissão do distrato e de declaração de liquidação do empréstimo, elimina comissões cobradas pelo processamento de prestações de crédito, proibindo ainda as instituições de crédito de alterar unilateralmente as condições contratuais dos créditos concedidos ao consumo (4ª alteração ao Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de junho)

[Projeto de Lei n.º 138/XIV/1.ª \(BE\)](#)

Institui a obrigatoriedade e gratuidade de emissão do distrato e de declaração de liquidação do empréstimo, elimina comissões cobradas pelo processamento de prestações de crédito, proibindo ainda as instituições de crédito de alterar unilateralmente as condições contratuais dos créditos concedidos à habitação (3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho)

[Projeto de Lei n.º 139/XIV/1.ª \(BE\)](#)

Consagra a proibição de cobrança de encargos pelas instituições de crédito nas operações realizadas em plataformas eletrónicas operadas por terceiros (1ª alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2010, de 5 de janeiro)

[Projeto de Lei n.º 140/XIV/1.ª \(BE\)](#)

Cria o Sistema de acesso à Conta Básica Universal

[Projeto de Resolução n.º 143/XIV/1.ª \(BE\)](#)

Recomenda a elaboração de orientações para a política de comissões bancárias da Caixa Geral de Depósitos

[Projeto de Lei n.º 205/XIV/1.ª \(PCP\)](#)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2010, de 5 de janeiro, alargando a proibição de cobrança de encargos pela prestação de serviços de pagamento e pela realização de operações às operações realizadas através de aplicações digitais

**Projeto de Lei n.º 206/XIV/1.ª (PCP)**

Procede à sexta alteração ao regime de serviços mínimos bancários, tornando-o mais adequado às necessidades dos clientes bancários

Projeto de Lei n.º 209/XIV/1.ª (PAN)

Limita a cobrança de quaisquer comissões, despesas ou encargos nos casos em que não seja efetivamente prestado um serviço ao cliente por parte das instituições de crédito (primeira alteração à Lei n.º 66/2015, de 6 de Julho)

Projeto de Lei n.º 213/XIV/1.ª (PS)

Adota normas de proteção do consumidor de serviços financeiros de crédito à habitação, crédito ao consumo e utilização de plataformas eletrónicas operadas por terceiros

Projeto de Lei n.º 216/XIV/1.ª (PSD)

Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, que cria o sistema de acesso aos serviços mínimos bancários

Projeto de Lei n.º 217/XIV/1.ª (PSD)

Restringe a cobrança de comissões bancárias, procedendo à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de junho, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho

Projeto de Resolução n.º 263/XIV/1.ª (CH)

Pela clarificação da Lei n.º 66/2015 e pela proibição de cobrança de taxas e comissões nas transferências bancárias realizadas através da aplicação MB WAY

Tempos	cada
PS	28 m
PSD	25 m
BE	28 m
PCP	9 m
CDS-PP	8 m
PAN	7 m
PEV	5 m
CH	1 m
IL	1 m
Ninsc	1 m
Total	113 m

2 - Votação no final do debate